

/ PALAVRA DO LEITOR

Começo de Conversa

O colunista Fernando Albrecht expressou sua opinião de que a Inteligência Artificial (IA) é o pior invento da humanidade, principalmente por desmoroar a criatividade (coluna Começo de Conversa, **Jornal do Comércio**, edição de 09/07/2024). Os seres humanos podem usar a IA ao seu favor e otimizar recursos. Ela expande nossas capacidades e nos torna melhores naquilo que fazemos. Como os algoritmos aprendem de maneira diferente dos seres humanos, eles olham para as coisas de maneira diferente. Sistemas de IA podem automatizar tarefas rotineiras e prever demandas de mercado. Podem acelerar e melhorar a precisão de diagnósticos médicos, autoatendimento eficiente, conteúdo personalizado, aprendizado otimizado e uma infinidade de outras possibilidades. É preciso ter um pouco de fé na humanidade! *(Max Dantas)*



Gastos federais

Enquanto o governo federal continuar gastando o que gasta em viagens, principalmente com passagens aéreas de última hora, com compra de supérfluos e mantendo os quase 40 ministérios fazendo despesas, a máquina seguirá inchando. Não vai haver impostos e receitas que cheguem para ficar dentro das exigências fiscais e do controle de gastos. Nem o Arcabouço, nem a reforma tributária (JC, 11/07/2024) suportarão tantas mordomias. *(Ramiro Nunes de Almeida Filho, Porto Alegre)*

Trensurb

Há mais de 60 dias sem operar em Porto Alegre em função das enchentes, o Trensurb é o principal transporte coletivo para quem precisa se locomover entre Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio, Canoas e Porto Alegre. Antes da enchente, a viagem entre a estação Novo Hamburgo e a estação Mercado, no Centro da Capital, levava cerca de uma hora. Agora, o tempo do trajeto leva mais do que o dobro (Site do JC, 11/07/2024). Excelente reportagem! Imagina levar três horas para chegar ao destino... É inaceitável ter de sair de casa às 5h para chegar às 8h no trabalho. *(Paula Assunção)*

Trensurb II

Que matéria excelente! É lastimável ver o descaso com a população. Parabéns ao JC e à repórter pelo assunto que nos afeta diariamente. *(Jenifer Santos)*

Reconstrução

O governo federal, por meio do Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, vai ressarcir R\$ 1,3 bilhão em crédito tributários a empresas do Estado. O processo de pagamento dessa antecipação se iniciará ainda no mês de julho, e os valores devem ser pagos até agosto ou, mais tardar, setembro (JC, 11/07/2024). E isto é favor ou obrigação de qualquer governo que centraliza recursos dos estados? *(Júlio César Aguiar)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Dez anos da autonomia do Corpo de Bombeiros

Pedro Pereira

A lei que promoveu a separação entre o Corpo de Bombeiros Militar e a Brigada Militar completou 10 anos e chegou a hora de avaliarmos os impactos dessa mudança significativa para a corporação e para o Rio Grande do Sul. Em uma década, tivemos exemplos de grande êxito no âmbito da gestão e da organização dos bombeiros militares em nosso Estado.

Posso dizer com orgulho que atuei para efetivar a autonomia e a independência do Corpo de Bombeiros, pois apresentei, em 2013, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) propondo a desvinculação da Brigada Militar.

A PEC serviu para abrir o debate sobre o assunto no Estado. Como a proposta deveria partir do Poder Executivo, tive que retirar a matéria de tramitação e trabalhar com o governo do Estado naquele período para reapresentar uma nova PEC com o mesmo teor, mas enviada à Assembleia Legislativa pelo governador da época, Tarso Genro.

O trabalho foi colaborativo e o governo estadual aproveitou o mesmo texto da PEC que elaborei, juntamente com integrantes do Corpo de Bombeiros Militar. No Parlamento, atuei pela aprovação junto a todas as bancadas partidárias, tendo ao meu lado representantes da corporação e assessores jurídicos que me auxiliaram na argumentação a favor da matéria. Aprova-

mos a Emenda Constitucional 67, de 20 de junho de 2014, que desvinculou o Corpo de Bombeiros da Brigada.

A vitória representou, nos últimos anos, a autonomia administrativa, financeira e orçamentária necessária para qualificar ainda mais a instituição, tendo em vista que proporcionou mudanças estruturais na carreira dos soldados, além de um volume maior de recursos para aquisição de novos equipamentos. Tenho a convicção de que fizemos a coisa certa para aprimorar os serviços e atender melhor à sociedade.

Em 10 anos, os gaúchos verificaram a melhoria nas condições de trabalho, na remuneração e nas avaliações de mérito e desempenho. Os próprios bombeiros precisavam encontrar sua verdadeira identidade, aproximando-se da sociedade, buscando maior consciência e participação solidária na comunidade. Hoje podemos dizer que foi exatamente isso que aconteceu. Agora cabe a todos nós seguirmos fortalecendo ainda mais o Corpo de Bombeiros Militar.

Deputado estadual (PSDB)

Ódio e democracia

Giuliano Dagostim

Será tarde senão imediatamente se reconhecer que não há democracia que não seja liberal, pois somente nela se reconhece o direito dos opositores, independente se um cidadão “do bem” ou um cidadão “de bem”, mediante a igualdade perante a norma e a paridade perante o processo, que é condição para a pacificação social onde a diversidade de valores e, portanto, de base linguística, é reconhecida e garantida pelo Estado.

Não há democracia que não seja liberal, pois somente nela se reconhece o direito dos opositores

Exemplos não faltam acerca de legislações que estabelecem presunção de culpabilidade para impor privilégios, vigente junto a Estados antiliberais e autoritários, onde, por exemplo, uma mulher jamais iria criticar um homem, quando, outrora, ela era submetida à presunção de culpa, e um “negro” não ousaria contestar um “branco” quando a palavra deste possuía força de prova, e nem um servo poderia acusar o seu senhor, devido à espécie jurisdicional eminentemente autoritária, antiliberal e antidemocrática, destinada à conformação de privilégios.

Nesta nova roupagem contemporânea, como outrora ocorrera em diversas passagens históricas, o Estado propaga a divisão de um povo, mediante a luta entre homens e mulheres, negros e brancos, tra-

balhadores e empresários, congregando uma maioria circunstancial contra o inimigo da Ditadura – os direitos Individuais.

A ideologia voltada à retribuição histórica, por meio de presunções e de privilégios, de forma a vingar gerações passadas, mediante a confusão linguística entre o “bem” e o “útil”, desencadeia reatividade, pois, distante de um bem comum, segmenta grupos e estimula, deliberadamente, o litígio na sociedade contemporânea, a fragmentação e a dissociação significativa, de forma antidemocrática, a partir de vil e prazeroso sentimento de vingança e poder.

A negação da palavra senão em benefício próprio deflagra a crise ética na sociedade e se evidencia com a relativização do terror, a negação do outro e do valor do inimigo, mediante um processo autoritário de linguagem, no qual o símbolo, ao invés de revelar, serve unicamente para o ardid propósito de atacar o inimigo público constituído, ignorando o bem comum para manter um sistema onde o inimigo é aquele que se opõem ao Estado e seus colaboradores.

Neste processo de relativização do bem, a complacência com grupos autoritários que erguem orgulhosamente mensagens de ódio contra a burguesia, vela não somente intolerância a um modo de vida, mas a um inimigo que se busca construir e combater para a manutenção de um poder diametralmente oposto ao burguês – o do Estado Ditatorial.

Advogado e proprietário do escritório Dagostim Advogados